

16 de abril de 2020

Boletim n.22 - Ciências Sociais e coronavírus

Vidas, economia e emergência

Nos anos recentes nas ciências sociais e, em particular na antropologia, vem ganhando força uma crítica etnográfica ao conceito de vida que discute o seu caráter auto evidente e que questiona os binarismos que opõem vidas biológicas e vidas biográficas, vidas naturais e vidas sociais, os universos da vida e da morte, das vidas humanas e não-humanas, e que foca também nos vínculos entre as vidas humanas e a vida de outras espécies – vínculos esses tão importantes para jogar luz sobre a dinâmica sócio biológica da pandemia que atualmente varre o planeta. Igualmente relevante para entender o nosso presente são as relações entre vida e economia que até a atual crise pareciam ter ficado fora do radar das nossas disciplinas. Nesse breve ensaio proponho uma visão dessas relações (entre vida e economia) sobre as que venho trabalhando há algum tempo, sem imaginar nunca que elas teriam a dramática atualidade que ganharam nos últimos meses, transformando-se em questões estratégicas para delinear o presente e o futuro da nossa existência coletiva.

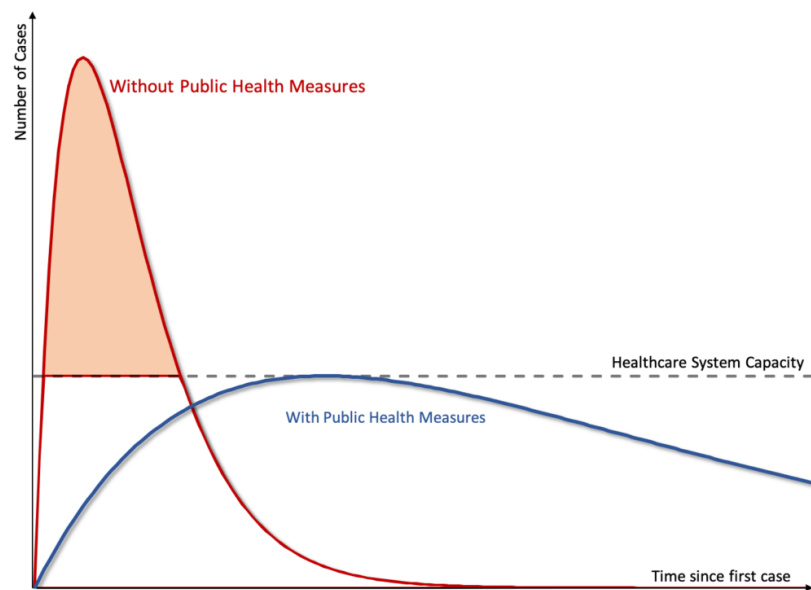
Sabemos que uma das características das crises é a alteração radical da experiência temporal. Mais do que uma simples aceleração, trata-se de uma verdadeira compressão da temporalidade que colapsa presente, passado e futuro, ameaçando tornar caduca ou banal qualquer fotografia dos acontecimentos em curso. Uma redobrada exigência de responsabilidade para os intelectuais e para os cientistas sociais, mais do que nunca necessitados de humildade e de alicerces empíricos. Longe dos diagnósticos apressados que inundam a emergência, faz-se necessário descrever e colocar em perspectiva.

Hoje vemos, como nunca, figuras públicas impelidas a se pronunciar sobre as relações de custo-benefício (ou os *trade-off*) entre vida e economia. De Boris Johnson a Donald Trump, de Recep Tayyip Erdogan a Jair Bolsonaro, do governador de Texas ao presidente mexicano clama-se para que o remédio não seja mais doloroso do que a doença, condena-se o suposto falso humanismo daqueles que valoram a vida dos relativamente poucos (os doentes) em detrimento da vida dos muitos (os desempregados, por exemplo). Outros, respondem denunciando os primeiros por priorizar a vida das empresas e dos bancos em prejuízo da vida das pessoas, demandando a universalização das políticas sociais ou da renda básica, anunciando a inevitabilidade de um tempo pós-neoliberal ou neo-keynesiano para atravessar a emergência. Os máximos dirigentes do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial da Saúde assinam conjuntamente declarações chamando à razão e ao equilíbrio¹. Na mesma linha se manifesta a mídia tida como tradicionalmente porta-voz do capital financeiro (*The Financial*

¹<https://www.telegraph.co.uk/global-health/science-and-disease/protecting-healthandlivihoods-go-hand-in-hand-cannot-s-ave/>

*Times*², *The Economist*³). O *trade-off*, dizem, é inevitável, até mesmo nas formas moleculares de gestão da doença nas quais os trabalhadores da saúde vêm-se obrigados a administrar recursos escassos, como os respiradores, decidindo quem vive e quem morre nos hospitais. O ritmo da produção de novas medidas de regulação econômica transborda a compreensão dos próprios especialistas: pacotes de salvamento do Banco Central Europeu e das autoridades monetárias nacionais, do Banco Popular da China ao Federal Reserve. Em poucos dias, não só no Brasil, editam-se e revogam-se dispositivos jurídicos (medidas provisórias, emendas constitucionais), projetos projetados confundem-se com regras vigentes ou por entrar em vigência. Sabe-se que uma das características das emergências é sempre a transferência maciça de recursos. Desatam-se então batalhas a respeito da distribuição de cifras nunca antes vistas: trilhões e bilhões de yuan, de dólares, de euros, de reais... Nada se compara à escala do fluxo monetário colocado em movimento, demonstrando a relativa pequenez dos que eram tidos até agora como grandes problemas, hoje infinitamente reduzidos: do déficit no orçamento e da dívida pública de alguns estados, aos fundos estimados para combater a mudança climática. Anuncia-se o fim de várias eras: a hegemonia norte-americana, a União Europeia, a democracia, o neoliberalismo; e o início de tantas outras: do estado de exceção digital planetário às utopias da comunhão universal em ritmo mais “lento” e mais “verde”, um “new-New-Deal” mais igualitário, que seria supostamente alimentada a saúde pública no lugar da indústria bélica e do carbono.

A proximidade difusa da morte na forma de um vírus cujo comportamento preciso se desconhece acentua as incertezas moldando comportamentos individuais e coletivos. Emerge um novo padrão dos bons costumes: a distância física, o isolamento, a disciplina dos corpos e das emoções em quarentena distribuída de forma dramaticamente desigual (quem disse que a pandemia nivela as vidas humanas?). Para as maiorias, para a multidão dos sem salário que cresce exponencialmente ao mesmo ritmo que a pandemia⁴, ou para os migrantes que vivem nos circuitos das diásporas, a imobilidade é um luxo inacessível, um sinônimo de morte e não de vida; para muitos outros, como os milhões nos campos de refugiados ou nas prisões, a imobilidade já era uma



²https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca?fbclid=IwAR0Vlhhq5JxLW4rTJP9TcM_C0NsZjvRj3888DOGGqymSZW_wU_LJif5ks-4

³<https://www.economist.com/leaders/2020/04/02/covid-19-presents-stark-choices-between-life-death-and-the-economy>

⁴<https://econfp.org/policy-brief/flattening-the-pandemic-and-recession-curves/>

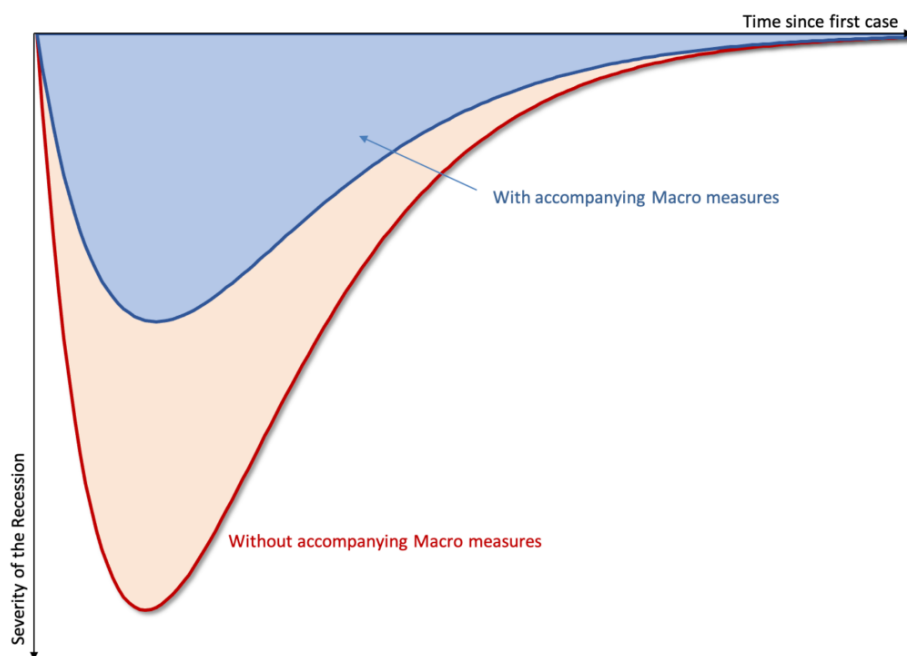


Imagem 1 e 2 - Gourinchas, Pierre-Olivier; Flattening the Pandemic and Recession Curves Econfip March 2020

condenação que o vírus agora multiplica. Nos últimos anos apreendemos novos sentidos dos muros: até agora construíam-se e condenavam-se as barreiras; hoje o medo que os muros buscavam exorcizar remodelando as fronteiras ganham novos sentidos com a procura tenaz do valor positivo da “distância social”. Proliferam diagnósticos técnicos baseados em números que se misturam com argumentos ético-morais contribuindo para a densificação da

atmosfera da emergência ou, mais propriamente talvez, do “estado de peste”⁵. Acelera-se a dinâmica cismogenética da distopia.

Os primeiros tratados sobre desequilíbrios monetários e gestão de cadeias de abastecimento de alimentos foram escritos precisamente na metade do século XIV no contexto da peste negra – o mais célebre entre eles, *Da Moneta* de Nicolás de Oresme. Sobretudo nos crescentes centros urbanos da pré-modernidade europeia, ao mesmo ritmo em que se multiplicavam as mortes aos milhões, proliferavam as propriedades sem donos e herdeiros, produziam-se instabilidades nunca antes vistas nos preços: sobravam bens na falta de consumidores, escasseavam outros pelo desaparecimento de produtores e distribuidores. Colocavam-se em questão as relações mediadas pelo dinheiro entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas. Também as relações entre as moedas e a própria existência das entidades políticas que as emitiam: cidades-estados, reinos, principados. Como evoca Oresme, trata-se de um mundo em turbulência que “nunca permanece o mesmo”, no qual alteram-se vertiginosamente as medidas e os valores, exigindo uma “nova disciplina dos cálculos” e das mensurações.

Essa nova disciplina só ganharia densidade (e legitimidade nas universidades) muito depois, no fim do século XIX, dando lugar ao surgimento de uma nova ciência do comportamento: a economia. Como sugere Georg Simmel na *Filosofia do dinheiro*, ela teve como um dos seus eixos fundadores justamente a mensuração monetária das vidas humanas: quanto um assassino ou a sua família devem pagar como indenização aos parentes da vítima? Qual o

⁵ <https://www.economista.com.mx/opinion/Estado-de-pestes-20200325-0087.html>

valor monetário do trabalho humano? Como quantificar o trabalho escravizado? Quais os sentidos do suborno, do valor monetário do amor ou da honra? Mais precisamente ainda: como calcular o *custo de vida*? O sociólogo alemão descreve muito mais do que um processo contínuo de monetização: uma progressiva valoração diferenciada das vidas humanas que se apresenta de forma dramática e descarnada na nossa atual emergência. De um lado, a vida humana no singular, como um valor comum a todos; de outro lado e ao mesmo tempo, vidas no plural, desiguais, segundo métricas sociais e morais que distribuem expectativas de vida de maneira diferenciada: regiões do planeta, cor da pele, gênero, paisagens e bairros dentro das metrópoles, das favelas aos estacionamentos dos hotéis de Las Vegas hoje fantasmagoricamente vazios e dedicados a distribuir os corpos, devidamente isolados uns dos outros, de milhares de *homeless*⁶. Vidas organizadas em escalas ordinais, como as monetárias, que desenham hierarquias e injustiças.

As emergências econômicas são regiões espaciais e temporais específicas que ganharam estatuto singular logo após a I Guerra Mundial e que têm a propriedade de mostrar de forma descarnada modulações das relações entre vida e economia. A reconstrução de cadeias de provisionamento de alimentos e de infraestruturas, primeiro, o governo das dívidas e das hiperinflações que assolaram a Europa, logo depois, levaram à multiplicação de regimes de emergência: intervenções radicais no funcionamento dos mercados para restituir a sua “autonomia”, emissão de dinheiro (no caso da Alemanha, dos chamados “dinheiros de emergência”, *Notgeld*) para, paradoxalmente, manter o poder aquisitivo das pessoas e das famílias. E, em paralelo, também depois do pós-II Guerra, agitados debates entre as mais proeminentes figuras da ciência econômica, de John Maynard Keynes a Friedrich Hayek e tantos outros. Na verdade, e isso seria objeto de uma nota bem mais longa do que essa, a emergência tornou-se uma forma rotineira de governar a economia, uma verdadeira endemização do extraordinário que se verifica em várias escalas temporais e geográficas: do estado do Rio de Janeiro que declara emergência econômica em 2015 como forma de legalizar a suspensão do pagamento de salários e de outros contratos à “emergência estatística” decretada no ano seguinte pelo presidente argentino (Mauricio Macri) como forma de intervir nos órgãos oficiais de mensuração do custo de vida para, supostamente, melhor combater a inflação – sem mencionar o Emergency Banking Act assinado por Franklin D. Roosevelt em 1933 ou o Economic Stabilization Act assinado por George W. Bush em 2008, e tantos e tantos outros.

As emergências, como verificamos de maneira dramática nos dias que correm, envolvem verdadeiras crises cognitivas, mudanças radicais nas formas de conceituar a realidade em geral e a chamada “economia real” em particular. Basta observar o quase desaparecimento na metrologia midiática cotidiana dos indicadores de risco país ou de inflação (os técnicos dos Institutos de estatísticas não podem mais realizar o seu trabalho medindo o custo de vida, se

⁶https://abcnews.go.com/Health/las-vegas-homeless-outdoor-parking-lot-temporary-shelter/story?id=69900151&fbclid=IwAR2_hhP3IMRb_H_CyXbuKRNnnF7bdviJrdThYzejtvrnX0izOmU__Ya1bU

anuncia em vários países), e a substituição por números e por curvas de doentes e de mortos, imagens que projetam proporções de unidades de cuidados intensivos ou de respiradores por habitantes. Às vezes também, como nas últimas semanas nos Estados Unidos, surgem aterradores agregados de desemprego – somos informados que em 12 dias, entre o fim de março e o início de abril, o número de pessoas que solicita seguro de desemprego na maior economia do mundo passou de 250 mil a mais de 20 milhões (e evidentemente a curva é exponencial, como a dos infectados). As vidas em risco iminente e em uma temporalidade indefinida pelas dinâmicas do vírus e da recessão afirmam a metonímia perversa entre economia, medicina e guerra.

A emergência tem a propriedade de nos colocar diante dos imperativos contraditórios da verdade e da urgência. A (re)avaliação da ciência em tempos do vírus (mais um eco do século XIV europeu), a esperança de um novo renascimento no horizonte do pós-pandemia. Questões cognitivas que são, ao mesmo tempo, morais e políticas e que nos implicam intrinsecamente como cientistas sociais, embora não sejamos, nem possamos ser, especialistas na conjuntura. Uma das lições que aprendemos colocando a crise em perspectiva é justamente o horizonte longo que o vertiginoso presente obnubila. Uma esperança e uma aposta para descobrir novos objetos e novos conceitos e o nosso próprio papel em um mundo que ainda desconhecemos, ao tempo em que continuamos refletindo teórica e empiricamente sobre questões que nos acompanham desde sempre, e que a emergência coloca em carne viva, como as dinâmicas da desigualdade, da interdependência, da instabilidade e da incerteza.

Federico Neiburg é professor do PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. Atualmente é membro do Instituto de Estudos Avançados, Princeton. Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC).

Este texto é parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós

graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

